

**■ OPINIÃO****EDITORIAL**

# A estagnação da economia

Imagine-se uma encenação teatral em que os personagens e o trabalho dos atores são ofuscados e perdem relevância ante a magnificência do cenário. Com alguma liberdade, pode-se valer desta imagem para espelhar o quadro vivido pela economia brasileira neste momento. O sucesso da política macroeconômica, este é o cenário, ao invés de realçar o papel dos atores — os agentes da economia real — tira-lhes o fôlego e os impede de desempenhar o seu papel.

De fato, o governo Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu, em curtíssimo prazo, desarmar aquele espírito catastrofista, alimentado principalmente por especuladores, que predominou antes e logo após a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder. O risco-país caiu, restabeleceu-se o fluxo de financiamentos externos ao setor privado (aos bancos, principalmente), o real se valorizou, entre outros aspectos positivos da política macroeconômica.

Contudo, essas conquistas não se transpuseram para a economia real, as empresas e as pessoas, que em última

análise constituem o objetivo primordial das políticas macroeconômicas. A persistência da ortodoxia na condução da política monetária, com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) no patamar de 26,5% a pretexto de combater a inflação, pode fazer o Brasil resvalar para a recessão.

Alguns indicadores divulgados no final da semana confirmam que a economia está parada, estagnada, e o principal motivo é o arrocho monetário. De acordo com o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou queda de 0,1% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com os últimos três meses de 2002. Embora o PIB tenha crescido 2% na comparação com o primeiro trimestre do ano passado, esta performance não é nem um pouco animadora, pois a base de comparação é baixa devido à retração de 0,8% da economia verificada de janeiro a março de 2002 por

causa do racionamento de energia.

Outro fato preocupante é que as vendas externas, que têm sido o motor da economia, terão efeito menor sobre o crescimento daqui para a frente. Isto porque as exportações diminuíram 1,3%, enquanto as importações cresceram 4,5% nos primeiros três meses do ano, quando comparadas ao último trimestre de 2002.

**A ortodoxia monetária poderá fazer o Brasil resvalar para um processo recessivo, o que anularia as conquistas da política macroeconômica**

Se o setor do agronegócio cresceu 3,7%, a indústria apresentou retração de 2,2% no primeiro trimestre. Mas se a comparação for feita com os três primeiros meses do ano passado, a agropecuária evoluiu 8,6% e a indústria, 2,9%, também em consequência da retração econômica do início de 2002.

Um clima de desânimo já se faz notar no setor industrial. De acordo com pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Rio), em abril último somente 30% das empresas tinham planos de investir em aumento da capacidade de

produção. É o menor número registrado nos últimos quatro anos. A FGV estima que para voltar a crescer acima de 4% a 5% ao ano o Brasil teria de aumentar seus investimentos em 5 pontos percentuais. Se isto se concretizasse, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) corresponderia a 24% do PIB. Mas, segundo o IBGE, essa taxa situou-se em 19,3% no ano passado, o pior resultado desde 1992. No primeiro trimestre deste ano, a FBCF foi 4,6% negativa.

Para o PIB crescer é necessária a elevação do consumo das famílias, como afirmou a este jornal o chefe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, Roberto Olinto. Nesta direção, o panorama também é perverso. Este item, que tem peso de 60% na formação do PIB, apresentou retração de 0,6% no primeiro trimestre, em relação aos últimos três meses do ano passado. Comparado ao primeiro trimestre de 2002, registrou-se queda de 2,3%. Note-se que é a sexta queda trimestral consecutiva.

A redução do consumo, como se

sabe, tem efeito imediato sobre o comércio, que breca as encomendas à indústria, que passa a produzir menos. O resultado é a elevação do desemprego, em todos os setores da economia. A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo, em abril, atingiu o patamar de 20,60% da População Economicamente Ativa (PEA), o mais elevado desde 1985, quando a Fundação Seade, em convênio com o Dieese, iniciou a série histórica. Essa taxa significa que 1,941 milhão de pessoas — ou um em cada cinco trabalhadores — estavam fora do mercado de trabalho. Este quadro precisa ser amenizado, pelo menos.

O presidente Lula afirmou quinta-feira, em sua visita à fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP): “Como diria meu lado musical, estamos afinando a orquestra. Logo, logo, o espetáculo do crescimento vai começar”.

A platéia espera que o pano se levante sem mais tardar.